

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO ULTRAMARINO PORTUGUÊS E O TERRITÓRIO DE MOÇAMBIQUE. UMA POSSÍVEL SÍNTESE.



Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia
Major de Infantaria

NOTA INTRODUTÓRIA

Neste texto procuraremos descrever de uma forma muito simples e sintética a evolução do conceito estratégico ultramarino português, realçando o caso de Moçambique.

Com a batalha de Aljubarrota, em 1385, Portugal finda a consolidação das fronteiras no continente europeu face a outros reinos peninsulares, nomeadamente em relação a Castela. Uma vez consolidada a independência foi possível concretizar-se a sua vocação para o mar ¹.

Após um período de reflexão, decide-se passar a Ceuta (1410), cuja conquista foi considerada serviço de Deus, iniciando-se a “expansão” terrestre e marítima, ao longo da costa africana para o Sul, rumo à Índia, para a qual se impunha uma protecção terrestre na área do “infiel”. O “gentio”, não se projectando em termos marítimos, não constituía uma ameaça. O Atlântico era então uma “zona de comunicações”.

A Bula *Romanus Pontifex*, conferida a 8 de Janeiro de 1454 pelo Papa Nicolau V, atribuía a D. Afonso V o exclusivo das terras e mares conquistados ou a conquistar, para permitir e cobrir a acção de cruzada contra o “infiel” e a catequização do “gentio”.

¹ Comissão para o Estudo das Campanhas de África, “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1.º volume, Enquadramento Geral”. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988, p. 24.

Com a assinatura do acordo estratégico do Tratado de Tordesilhas, em 1494, definiram-se as esferas de influência portuguesa e castelhana, iniciando-se o primeiro sistema mundial. Quatro anos mais tarde, Vasco da Gama descobre o caminho marítimo para a Índia pela circum-navegação de África. Portugal era à data o principal poder naval oceânico.

No início da *Era* a que Toynbee chamou *Gâmica*, “(...) our world-storming Western forefathers made a valiant attempt to propagate abroad the whole of our Western cultural heritage, including its religious core as well as its technological rind (...)”², foram dados os primeiros passos “(...) para a internacionalização do fenómeno colonial com raiz no ocidente (...)”³.

A descoberta do Brasil foi oficializada em 1500, ficando assim aberta uma via marítima para todo o hemisfério, das Terras de Santa Cruz até às Molucas. Graças aos novos descobrimentos e às novas navegações, “(...) o mundo conhecido ampliara-se espantosamente (...)”⁴, para todas as culturas “(...) is a «whole» whose parts are subtly interdependent (...)”⁵.

Na costa oriental africana, a supremacia naval portuguesa seria assegurada pela construção das fortificações em Sofala (1505), Moçambique (1506) e através de uma aliança com o Sultão de Melinde. Os grandes mercados e os caminhos para o seu acesso naquela costa situavam-se entre os rios Zambeze e Limpopo e, sertão dentro, estendiam-se países ricos em ouro e marfim, como era o caso do Monomotapa. Segundo Romero de Magalhães, o estabelecimento dos portugueses naquela costa não fôra difícil, porquanto: não houve intento colonizador com base na agricultura; não houve guerras constantes; a intensa actividade comercial continuou com os mesmos sentidos e produtos tendo apenas mudado os agentes, sendo que a política de transportes também precisava dos agentes locais para assegurar o fluxo do ouro ⁶.

Tendo como pano de fundo a acção de corso e a actuação dos calvinistas no Brasil, D. João III é forçado a reflectir e a assumir um conceito estratégico ⁷,

² Arnold J. Toynbee, “Civilization on Trend”. London: Oxford University Press, 1948, p. 85.

³ Adriano Moreira, “Da Conferência de Berlim de 1885 ao Moderno Anticolonialismo”. In “Legado Político do Ocidente: O Homem e o Estado”: Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Estratégia, 1995. Vol. VIII, p. 155.

⁴ Marcello Caetano, “Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos - História duma Batalha: da Liberdade dos Mares às Nações Unidas”. Lisboa: 4.ª edição, Ed. Ática, 1971, p. 17.

⁵ Arnold J. Toynbee, op. cit., p. 85.

⁶ Joaquim Romero Magalhães, “As incursões no espaço africano”. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. II. pp. 73-74.

⁷ Pedro Cardoso, “Necessidade de uma visão estratégica do ensino da História”. In “Estratégia”. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1998. Vol. X, p. 74.

traduzido pela intenção de abandonar o Norte de África, de manter o possível no Oriente e de “(...) promover sistematicamente a colonização do Brasil (...)”⁸.

Mem de Sá foi nomeado por D. João III para Governador-Geral do Brasil, em Janeiro de 1558. Este Governador que “(...) deu ao Brasil todos os meios indispensáveis para se constituir uma nação unida (...)”⁹, com a finalidade de facilitar a sustentação dos núcleos colonizadores decadentes, propondo, a fundação de uma cidade portuguesa no Rio de Janeiro, e procurou exercer um esforço de ocupação; a Norte, na antiga feitoria de Pernambuco e na Baía, e ao Sul, em Espírito Santo e em São Vicente. Tentou resolver ainda o problema do trabalho compelido, com a importação de escravos do Congo¹⁰.

Face ao alargar de zonas colonizadas no Brasil e à sequente complexidade administrativa em terras de tão grandes dimensões e muito distantes, a Coroa, à morte do Governador-Geral Mem de Sá, em 1572, decide dividir a administração do Brasil em duas. Uma sediada na Bahia e outra no Rio de Janeiro. Esta solução, que afectava o vínculo unitário das terras brasileiras, foi no entanto abandonada passados cinco anos, voltando-se a garantir a unidade de acção num só comando.

Com D. Sebastião no trono, a Oriente o Império atingirá o apogeu. Em 1571, aquele soberano projectou a divisão do Estado da Índia em três orientações políticas e administrativas, uma sediada em Moçambique, outra em Goa e outra em Mombaça. Para Francisco Bethencourt, esta visão estratégica de dominação imperial em grandes províncias, apesar de correcta teoricamente, na sua concretização no terreno estava completamente desajustada da realidade, pois apresentava diversos condicionamentos¹¹.

O desaparecimento daquele monarca em terras de África no combate ao “infiel” provocou uma inevitável crise sucessória. Filipe II de Castela, após vitória militar, desloca-se a Portugal onde é jurado e aclamado Rei nas Cortes reunidas em Tomar. Pela união das duas Coroas, o meridiano das Tordesilhas perde o seu significado, abrindo-se, assim, portas para uma penetração no *hinterland* brasileiro.

Nos inícios do século XVII, os domínios portugueses da África Oriental ao Sul do Rovuma resumiam-se às pouco numerosas povoações das ilhas costeiras de Quirimba, Moçambique e Sofala e às de Tete e Sena, com os seus prazos circunstantes

⁸ C. R. Boxer, “O Império Marítimo Português 1415-1825”. Lisboa: Ed. 70, 1992, p. 97

⁹ Luís Norton, “A Dinastia dos Sás no Brasil (1558-1662)”. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943, p. 5.

¹⁰ Idem, p. 5-6.

¹¹ Francisco Bethencourt, “O complexo atlântico”. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. II, p. 320.

e decorrentes até à foz do Zambeze¹². A esparsa colonização do território devia-se não à Coroa, mas aos feitos e ousadias dos colonos¹³. O Governo Português, representado por um capitão-general da capitania de Moçambique e Rios de Sena, dependente do governador da Índia, estava sediado na Ilha de Moçambique e a sua jurisdição abarcava Inhambane, Sofala e ilhas do Cabo Delgado.

Em 1608, *Huig van Groot*, com a sua doutrina *De Mare Liberum*, procura demonstrar a falta de direitos reivindicados pelos reinos ibéricos relativos ao domínio dos mares e ao senhorio da Índia. Ingleses, franceses e holandeses passam então a entrar em disputa pelas possessões portuguesas no Oriente. No Brasil, as incursões são francesas procurando estabelecer a França antártica, e dos reformistas holandeses através da *West-Indische Compagnie*. Estes vão ocupar ainda grandes áreas também em Angola. Com ajuda francesa, D. João IV é aclamado Rei de Portugal. Face à preocupação manifestada por aquele monarca na recuperação da soberania sobre os territórios ultramarinos ocupados pelos holandeses, Salvador Correia de Sá e Benevides, a 21 de Outubro de 1643, apresenta um parecer ao Conselho de Guerra sobre a situação de Angola e do Brasil. Este e outros pareceres posteriores, apoiados pelo Padre António Vieira¹⁴, serviram de orientação ao Conselho de Guerra e Ultramarino para a definição da política de recuperação daqueles territórios¹⁵. Assim, podemos considerar que o triângulo estratégico atlântico (Portugal-Brasil-Angola), nos séculos XVII e XVIII, apoiou a estratégia portuguesa para o Brasil, que a Norte consistiu no domínio da bacia hidrográfica do Amazonas, a Sul na consolidação e alargamento até ao Prata e para o interior, sem as limitações impostas por Tordesilhas¹⁶.

Moçambique estava tradicionalmente ligado às redes comerciais do oceano Índico. Naquela costa africana, a ligação com a Índia e o domínio comercial de Moçambique, Damão e Diu era assegurada pelos mercadores Baneanes de Cambaia, organizados em Moçambique desde 1686 numa poderosa firma com o nome de Mazanes. Estes iniciaram a sua actividade na ilha, passando depois à terra firme e alargando a sua presença e negócios¹⁷.

¹² F. Félix Lopes, “Missões Franciscanas em Moçambique 1898-1970”. Braga: Ed. Franciscana, 1972, p. 29.

¹³ Joaquim Romero Magalhães, “Os territórios africanos”. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. III, p. 66.

¹⁴ Luís Norton, “A Dinastia dos Sás no Brasil (1558-1662)”, pp. 70-73.

¹⁵ Idem, pp. 43 - 52.

¹⁶ Pedro Cardoso, “O Triângulo Estratégico Português (Prospectiva)”. In “Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira”. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1995. Vol. I, pp. 163-164.

¹⁷ Joaquim Romero Magalhães, “Os territórios africanos”, p. 64.

Em toda aquela costa - onde a presença portuguesa, longe de estar consolidada – se apresentava muito vulnerável, nenhuma povoação estava segura; talvez só a Ilha estivesse a salvo de algum ataque. Nos inícios do século XVIII, os ingleses desembarcaram nas vizinhanças de Sofala (1721) e os holandeses chegaram a levantar paliçada em Lourenço Marques (1721 a 1730) e a ocupar a baía de Inhambane (1725 e 1731). Os austríacos também aportam em Lourenço Marques, com a Companhia Asiática do Trieste (1777). Era forçoso contrariar aquela situação através de um processo de ocupação não só militar como comercial¹⁸. A fortaleza de Lourenço Marques começará a ser erigida apenas em 1786.

Os ventos de mudança de dois factos importantes na cena internacional justificam as profundas alterações da área estratégica portuguesa no século XVIII: a independência dos Estados Unidos da América, em 1776 e a Revolução Francesa, em 1789; esta última, como consagração oficial da doutrina de Montesquieu.

Com as campanhas napoleónicas na Península, a Corte desloca-se para o Rio de Janeiro, no Brasil, em 1807. Em Agosto de 1821, D. João VI regressa a Portugal e a 7 de Setembro a independência política do Brasil é formalmente proclamada por D. Pedro.

O Marquês de Sá da Bandeira, após a guerra civil, apercebendo-se do papel que África viria a desempenhar no futuro jogo político dos principais Estados Europeus¹⁹, decidiu exercer o esforço nesse continente. Deste modo, o Governo Setembrista criou, em 7 de Dezembro de 1836, três Governos Gerais para o Ultramar²⁰ e procurou transferir o fluxo da emigração, então orientado para o Brasil, encorajando os emigrantes descontentes a passarem a Angola.

Segundo Robert Rowland, até cerca de 1850, o nível global da emigração rondava as 3000 saídas ano. A partir daí, iniciou-se um ciclo que iria durar até meados da década de 1860, com mais de 10 mil saídas anuais²¹. Joel Serrão especifica que entre 1855 e 1865 emigraram legalmente 82219 indivíduos, 86% dos quais com destino ao Brasil. Na última década do séc. XIX (1891-1900), partiu de Portugal um número que variou entre os 17774 e os 44746 emigrantes, dos quais 93% seguiam

¹⁸ Idem, p.76.

¹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, “História de Portugal”. Lisboa: 2º Ed., 1978. Vol. VIII, p. 124.

²⁰ O Governo de Cabo Verde, englobando o arquipélago e a parte continental (a Guiné); o Reino de Angola e de Benguela com os demais pontos da África Ocidental e a sul do Equador; o de Moçambique e as possessões da África Oriental; e um Governo particular abrangendo S. Tomé e Príncipe e o Forte de S. João Baptista de Ajudá.

²¹ Robert Rowland, “O problema da emigração: dinâmica e modelos”. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV, p. 307.

o rumo do Brasil e menos de 6% de África, nunca ultrapassando o seu número os 2 mil entre as mesmas datas²². Devemos ter em conta que a emigração real foi sempre superior à legal e que os dados estatísticos oficiais portugueses disponíveis não incluem a emigração clandestina, difícil de estimar.

Os desígnios do Marquês não conseguiram ser satisfeitos²³. África permanecia no imaginário português da época como uma terra de expiação, perigosa, em que só os criminosos e aventureiros podiam aspirar a sobreviver e prosperar²⁴. Para que aquele Continente passasse a ser destino de emigrantes livres, eram necessárias as infra-estruturas adequadas e a segurança para os colonos desses territórios. No caso particular de Moçambique, René Pélissier considera que a Metrópole procurava colonizar, mas não tinha colonos. Além do mais, não eram oferecidas perspectivas “(...) de futuro significativamente sólidas a um candidato à emigração, e os repetidos fracassos das tentativas de colonização agrícola oficiais, bem como o horror que se associava à equação Moçambique = terra de degredados e de morte, contribuíram para pôr de lado toda e qualquer emigração espontânea (...)”²⁵, acrescido do facto de Moçambique desempenhar um papel mínimo na economia portuguesa.

Podemos considerar que os fundamentos que estabelecem uma orientação estratégica nacional e que definem a forma portuguesa de estar (até à delimitação das fronteiras definitivas dos domínios ultramarinos em África), aparecem já claramente expressos no relatório apresentado às Cortes, pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Sá da Bandeira, em 19 de Fevereiro de 1836 e no preâmbulo do Decreto de 10 de Dezembro do mesmo ano (o qual também abolia o tráfico de escravos). Ali, apesar da recriação do império português aparecer fundada, antes de mais, no passado histórico, a sua argumentação centrava-se eminentemente na natureza económica do novo projecto colonial. Eram, para Valentim Alexandre, o “mito da herança sagrada” e o “mito do eldorado”²⁶.

²² Joel Serrão, “A Emigração Portuguesa”. Lisboa: 4ª ed., Livros Horizonte, 1982, pp. 25-45.

²³ No enfiamento das directivas políticas do Marquês de Sá da Bandeira, foram desencadeadas algumas iniciativas ao longo dos tempos, como por exemplo “(...) os passaportes para as colónias passaram a ser gratuitos em 1896 e dispensados em 1907 (...)”. In Costa Leite, “Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. In “Análise Social”, 1987-3º. Vol. XXIII (97), p. 466.

²⁴ Yves Léonard, “I- A ideia colonial, olhares cruzados (1890 – 1930)”. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV, p. 533.

²⁵ René Pélissier, “História de Moçambique - Formação e Oposição 1854-1918”. Lisboa: Ed. Estampa, 1994, Vol. I, p. 156.

²⁶ Valentim Alexandre, “A viragem para África”. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV, pp. 68-70.

Com a Regeneração inicia-se uma nova fase política em Portugal. O Setembrista Sá da Bandeira é nomeado para a presidência do Conselho Ultramarino - criado por decreto a 23 de Setembro de 1851 - mantendo-se assim a sua concepção imperial ²⁷.

Este esforço de colonização, exercido pela soberania portuguesa na Guiné, em Angola e Moçambique, prolongou-se até ao ano de 1974 e traduziu-se no alargamento dos territórios, na sua pacificação, consolidação e, por fim, em acções de afirmação dessa mesma soberania.

O processo de descolonização conduziu à entrega formal do poder, nos diversos territórios, aos movimentos independentistas com os quais Portugal combatera durante treze anos, findando desta forma o conceito estratégico ultramarino português.

²⁷ Idem, “Nação e Império”. In Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV, p. 90.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE**, Valentim, *A viragem para África*. In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV.
- ALEXANDRE**, Valentim, *Nação e Império*. In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.
- BETHENCOURT**, Francisco, *O complexo atlântico*. In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. II.
- BOXER**, C. R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Ed. 70, 1992.
- CAETANO**, Marcello, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos - História dum Batalha: da Liberdade dos Mares às Nações Unidas*. Lisboa: 4.^a edição, Ed. Ática, 1971.
- CARDOSO**, Pedro, *Necessidade de uma visão estratégica do ensino da História*. In “Estratégia”. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1998. Vol. X.
- CARDOSO**, Pedro, *O Triângulo Estratégico Português (Prospectiva)*. In “Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira”. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1995. Vol. I.
- COMISSÃO PARA O ESTUDO DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA**, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º volume, Enquadramento Geral*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1988.
- LEITE**, Costa, *Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. In “Análise Social”, 1987-3.º Vol. XXIII (97).
- LÉONARD**, Yves, *I- A ideia colonial, olhares cruzados (1890 – 1930)*. In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV.
- LOPES**, Félix, *Missões Franciscanas em Moçambique 1898-1970*. Braga: Ed. Franciscana, 1972.

- MOREIRA**, Adriano, *Da Conferência de Berlim de 1885 ao Moderno Anticolonialismo*. In “Legado Político do Ocidente: O Homem e o Estado”: Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Estratégia, 1995. Vol. VIII.
- NORTON**, Luís, *A Dinastia dos Sás no Brasil (1558-1662)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1943.
- ROMERO MAGALHÃES**, Joaquim, *As incursões no espaço africano*. In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. II.
- ROMERO MAGALHÃES**, Joaquim, *Os territórios africanos*. In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. III .
- ROWLAND**, Robert, *O problema da emigração: dinâmica e modelos*. In BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, “História da expansão portuguesa”. Navarra: Círculo de Leitores, 1998. Vol. IV.
- SERRÃO**, Joel, *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: 4.^a ed., Livros Horizonte, 1982.
- TOYNBEE**, Arnold J., *Civilization on Trial*. London: Oxford University Press, 1948.
- VERÍSSIMO SERRÃO**, Joaquim, *História de Portugal*. Lisboa: 2.^o Ed., 1978. Vol. VIII.